

A difícil tarefa de controlar a economia

Até fabricantes de gelo querem descongelamento

Eli Teixeira

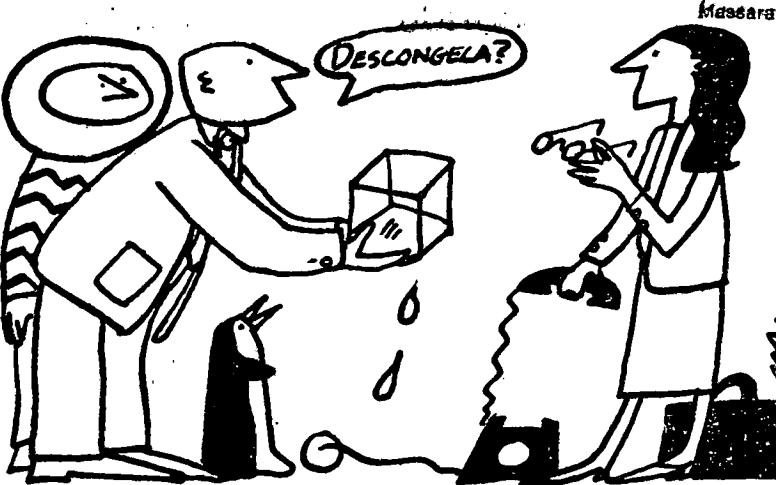
BRASÍLIA — "Aqui é da fábrica de gelo Geloso, de Brasília. Já podemos descongelar o gelo?" A pergunta, que a princípio parece uma piada, foi feita à secretaria nacional de Economia, Dorothéa Werneck. Às gargalhadas, ela formulou outra pergunta antes de dizer não: "Vocês já estão em alguma câmara?" Para um leigo, descongelar o gelo e entrar para alguma câmara (de resfriar?) parece conversa de loucos, mas há exatamente um mês Dorothéa vem participando "de uma verdadeira loucura", como ela mesmo diz.

É para seu gabinete, no segundo andar do Ministério da Economia, que têm se dirigido empresários que representam boa parte da economia nacional, atrás de aumentos de preços para os produtos congelados. O congelamento oficial de preços decretado pelo Plano Collor II completou na semana passada quatro meses e meio e os empresários, pressionados pelas baixas vendas e pela fiscalização da Sunab, estão aderindo maciçamente às câmaras setoriais.

Já foram instaladas 11 dessas câmaras e todas elas estão sendo subdivididas em até dez grupos. Cada grupo tem no mínimo meia dúzia de empresários, cada um representando uma área de seu setor. Na câmara da construção civil só faltou o grupo dos pregos e a câmara de brinquedos teve de abrigar produtos de puericultura. Quase todo dia há duas dessas reuniões e, no final, mais de 60 empresários terão ocupado uma mesa de quase dez metros de comprimento, no sexto andar da Economia, que até então só recebia os membros do Conselho Monetário Nacional. "Acho que já conversamos com mais de 500 empresários", diz Luiz Paulo Veloso Lucas, diretor do Departamento de Indústria e Comércio.

Sêmen descongelado — A aparente conversa de malucos sobre o gelo da Geloso se repete diariamente. Na semana passada foi a vez do dono de uma empresa paulista que vende sêmen bovino congelado perguntar se ele podia descongelar, porque já estava sendo ameaçado de pagar ágio na compra de nitrogênio líquido (que mantém o congelamento do sêmen). "Já ligaram outro dia perguntando para um dos nossos assessores se podiam descongelar o preço de entrada de circo", diz Dorothéa.

Na reunião da câmara de instrumentos musicais e puericultura, lá pelas tantas um fabricante de mamadeiras recla-



mou que o Ministério da Saúde proíbe a propaganda do produto para incentivar o aleitamento materno. O que fazer? Não houve solução, mas sim uma gargalhada geral quando alguém disse que se deveria increver nas mamadeiras a frase "O Ministério da Saúde adverte: prefira o peito da mamãe".

Para resolver esses casos a secretaria decidiu criar mais duas câmaras setoriais: a do comércio e a de serviços. O descongelamento de preços "não vai ser uma barafunda, senão a inflação volta mesmo", admite Dorothéa. A estratégia já está montada e em plena execução:

até o final de julho não haverá mais preços congelados.

Mais de 50 mil produtos estarão controlados, monitorados ou livres. Já estão livres legumes, frutas e hortaliças, carnes de primeira, roupas alguns tipos de queijo e instrumentos musicais. Milhares de produtos vêm sendo autorizados a aumentar seus preços de 5% a 9,5%. Bares, restaurantes, lanchonetes e hotéis puderam incluir *abonos* em seus preços.

Redução sem dô — Que ninguém seja apanhado descongelando sem autorização da secretaria de Economia. "Podem me chamar de cha-

que a Sunab está agindo com rigor e as multas são pesadas. Mas, aos quatro meses e meio de congelamento, a experiência das empresas brasileiras, que já enfrentaram essa situação pelo menos cinco vezes nos últimos anos, aponta para as conhecidas saídas. A principal é a maquiagem. Basta acrescentar alguns desenhos no produto que ele ganha novo nome. E, claro, novo preço.

As câmaras setoriais, uma criação da equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, são diferentes do antigo CIP, extinto no início do governo. Nelas não se discute planilhas de custos das empresas. A discussão é ampla e inclui redução de imposto de importação, medidas para melhorar a competitividade e mercado externo. "Os próprios empresários não querem um descongelamento descontrolado, porque ele atiça a inflação", diz Luiz Paulo Veloso Lucas. Por causa disso, os próprios sindicatos e associações de empresários estão se comprometendo a vigiar seus associados para que não haja abuso de preços.

O imposto de importação, para permitir a entrada dos importados e obrigar as empresas do Brasil a baixarem preços e aumentarem a produtividade, "vai continuar se reduzindo sem dô", reafirma o diretor do Departamento de Indústria e Comércio do Ministério da Economia. "Podem me chamar de cha-

ta, mais vou repetir uma frase que já disse pelo menos umas 200 vezes nesses últimos 30 dias: quem quiser ganhar aumento de preço tem de apresentar redução de custos e de lucro".

Alguns monopólios e oligopólios podem ficar controlados indefinidamente. O cimento é um dos que terão preços controlados pelo governo. Alguns medicamentos e aços planos (fabricados por siderúrgicas estatais) também. E todos os empresários que participarem de câmaras setoriais terão de assumir compromissos com o governo.

A decisão do governo tem um motivo: a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello acreditou que a simples abertura do mercado brasileiro aos produtos estrangeiros, com uma redução parcial no imposto de importação, iria obrigar as empresas que operam no país a segurar seus preços assim que houve liberação geral, logo depois do Plano Collor I.

Monopólios e oligopólios aproveitaram para recuperar perdas de vários anos impostas pelo antigo CIP e aumentaram bruscamente seus preços. O governo tentou intimidá-los, com processos na Secretaria Nacional de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, mas a estratégia não funcionou. A inflação voltou a subir no final do ano passado e veio o congelamento do Plano Collor II.